



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

PROGRAMA DE CONCURSO

**“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RSU's E LAVAGEM DE
EQUIPAMENTO NO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE”**

Prémio Imagem Cidade Prémio Cidade Limpa Projecto Piloto Urbano Prémio de Modernização Administrativa Municipal



INDICE

SECÇÃO I – Disposições Gerais

- Artigo 1º – Objeto do concurso
- Artigo 2º – Entidade Adjudicante
- Artigo 3º – Decisão de contratar
- Artigo 4º – Requisitos necessários para admissão dos Concorrentes
- Artigo 5º – Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento
- Artigo 6º – Erros e omissões do Caderno de Encargos
- Artigo 7º – Preço base e preço anormalmente baixo

SECÇÃO II – Propostas

- Artigo 8º – Apresentação das propostas
- Artigo 9º – Forma da proposta
- Artigo 10º – Documentos que constituem a proposta
- Artigo 11º – Propostas variantes
- Artigo 12º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas
- Artigo 13º – Exclusão de propostas
- Artigo 14º – Consulta da lista de Candidatos e consulta de propostas

SECÇÃO III – Adjudicação

- Artigo 15º – Critério de adjudicação
- Artigo 16º – Análise de propostas
- Artigo 17º – Audiência prévia
- Artigo 18º – Dever de adjudicação
- Artigo 19º – Notificação da decisão de adjudicação
- Artigo 20º – Causas de não adjudicação

SECÇÃO IV – Habilitação

- Artigo 21º – Documentos de habilitação
- Artigo 22º – Prazo para apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 23º – Notificação da apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 24º – Não apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 25º – Falsidade de documentos e declarações

SECÇÃO V – Contrato

- Artigo 26º – Redução do contrato a escrito e aprovação da minuta
- Artigo 27º – Ajustamentos ao conteúdo do contrato
- Artigo 28º – Notificação da minuta do contrato
- Artigo 29º – Aceitação da minuta do contrato
- Artigo 30º – Reclamações da minuta do contrato
- Artigo 31º – Despesas e encargos do concorrente

SECÇÃO VI – Disponibilização do Procedimento na Plataforma Eletrónica

- Artigo 32º – Disponibilização e acesso às peças do procedimento

SECÇÃO VII – Disposições finais

- Artigo 33º – Revogação da decisão de contratar
- Artigo 34º – Comunicações, notificações e contagem de prazos
- Artigo 35º – Legislação aplicável

Anexo I – Modelo de proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

SECÇÃO I
Disposições Gerais

Artigo 1º
Objeto do concurso

O presente Concurso tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RSU'S E LAVAGEM DE EQUIPAMENTO NO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE**, em conformidade com as especificações e condições técnicas constantes do Caderno de Encargos.

Artigo 2º
Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila do Conde, sito na Praça Vasco da Gama, s/n, 4480 – 754 Vila do Conde, telefone 252248400, fax 252641853 e endereços eletrónicos contratação.publica@cm-viladoconde.pt.

Artigo 3º
Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho de 08/04/2015, exarado na proposta com a mesma data da Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 18º do DL nº 197/99, de 8 de Junho.

Artigo 4º
Requisitos necessários para admissão dos Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante o Município de Vila do Conde, pela manutenção da proposta.

Prémio Imagem Cidade Prémio Cidade Limpa Projecto Piloto Urbano Prémio de Modernização Administrativa Municipal



4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio.
5. Estão impedidos de participar neste concurso, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma Eletrónica VortalGOV na funcionalidade de "Esclarecimentos" utilizando a opção "criar", no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo júri do concurso, através da plataforma Eletrónica VortalGOV na funcionalidade de "Esclarecimentos", até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
6. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deverá ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

7. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação dos erros ou de omissões do caderno de encargos nos termos do disposto no artigo anterior implicarem alterações de aspetos funcionais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
8. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
9. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no nº1 do artigo 130º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6º
Erros e omissões do Caderno de Encargos

1. São erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos:
 - a) Os que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
 - b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

2. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma, na funcionalidade de “Erros e Omissões” utilizando a opção “criar”, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
3. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no nº 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
4. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto no nº 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
7. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas pelos interessados, bem como as decisões previstas nos nºs 4 a 6 são publicitadas na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGOV, na funcionalidade “Erros e Omissões”.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Artigo 7º

Preço base e preço anormalmente baixo

1. O valor para efeito de concurso é de **117.500,00€** (cento e dezassete mil e quinhentos euros), que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
2. Ao abrigo do disposto nº 2 do artigo 132º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando o respetivo valor for inferior a **88.125,00€** (oitenta e oito mil cento e vinte e cinco euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

SECÇÃO II

Propostas

Artigo 8º

Apresentação das propostas

1. A data limite de entrega das propostas é até às **18:00 horas** do **10º dia** a contar da data do envio do presente anúncio para publicação no Diário da República.
2. Caso o prazo referido no número anterior termine em dia não útil, passará automaticamente para as 18:00 horas do primeiro dia útil seguinte.
3. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico **govpt.vortal.pt**, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA.
4. A proposta deverá incluir nas áreas **“1 - Dados Gerais”**, **“2 - Questionário”** e **“3 - Documentos”**, as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o *Interessado* entenda convenientes:

Área: 1 – “Dados Gerais”

- Referência Interna

Campo a preencher pelo *Interessado*, indicando a referência interna dada à proposta.



- Referência da Proposta
Campo a preencher pelo *Interessado*, indicando a referência dada à proposta.

Área: 2 – “Questionário”

Responder às questões indicadas.

- **Mapa de Quantidades**

Quando existe mapa de quantidades, a coluna “Preço Unitário” deve ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas “Descrição”, “Qt” (quantidade) e “Unidade”.

Após preencher o “Questionário” deverá seleccionar o “Formulário Principal” para preencher as questões obrigatórias.

- **“Formulário Principal”**

- Preencher o “Prazo de execução dos trabalhos/obra” em dias
- Preencher o “Código da Proposta” de acordo com os números 1 e 2 do artigo 13º do DL nº 143-A/2008 de 25 de Julho
- Seleccionar a opção “Confirmar”, que os dados estão corretos e refletem o conteúdo da proposta/candidatura.

Após o preenchimento de todos os campos clique em “Fechar Questionário”. Se houver alguma informação em falta irá surgir uma mensagem a vermelho com essa indicação e o questionário mantém-se aberto. Se estiver tudo preenchido o questionário é fechado.

Área: 3 – “Documentos”

Além de ser possível anexar os documentos solicitados, é também possível anexar outros documentos à proposta/candidatura.

Para o fazer:

- a. Clique em “Opções”;
- b. Clique em “Adicionar Documentos”;
- c. Clique em “Adicionar Documento”;
- d. Selecione o ficheiro pretendido;
- e. Clique em “Selecionar” no ficheiro que anexou.

Caso tenha solicitado a classificação dos documentos como confidenciais e a entidade ter aceite deverá seleccionar a opção “Confidencial”.

Submissão da Proposta/Candidatura

Após anexar os documentos que compõem a proposta o *Interessado* deverá seleccionar as seguintes opções:

- a. “Concluir Proposta”;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

2. **“Assinar Todos”;**
3. **“Encriptar e Submeter”;**
4. Por último, deverá aceitar os “Termos e condições de Submissão de Propostas” e seleccionar a opção **“Submeter”**.
5. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta, de acordo com o artigo 27º da Portaria 701-G/2008 de 29 de Julho.
6. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo o processo só será permitido até à hora definida no nº 1 do presente artigo.
7. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao Município de Vila do Conde, nos termos do artigo 137º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 9º
Forma da proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e pelo modo como se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta será redigida em língua portuguesa e processada informaticamente.
3. A proposta será assinada eletronicamente pelo concorrente ou seu representante.
4. O preço da proposta será expresso em Euros e não incluirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado.



Artigo 10º

Documentos que constituem a proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- A.** Documento mencionado no Artigo 57º, nº1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, conforme modelo constante do Anexo I do referido Código;
- B.** Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa de Concurso;
- C.** Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, que são os seguintes:

Preço:

- Preço total dos serviços com que o concorrente se dispõe a contratar, que não devem incluir o IVA, indicado em algarismos;
- Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;

Plano de Trabalhos:

O concorrente deve apresentar um plano de trabalhos que deverá respeitar a metodologia fixada no Caderno de Encargos.

Para cada tipo de serviço a efectuar o concorrente deverá apresentar um plano de trabalhos incluindo:

Meios Humanos:

- a) Pessoal operacional, sua categoria e função;
- b) Pessoal de apoio técnico;
- c) Pessoal de apoio administrativo;
- d) Taxa de afetação à prestação de serviços.

Meios Mecânicos:

- a) Viaturas e outros equipamentos;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

- b) Materiais, produtos utilizados e respectivas fichas de dados de segurança e certificados;
- c) Plano de manutenção das viaturas e equipamentos;
- d) Taxa de afetação à prestação de serviços, sempre que aplicável.

O plano definitivo de trabalhos, elaborado de acordo com o determinado pelo Programa de Concurso, deve ser apresentado até 5 dias úteis após a adjudicação.

O plano de trabalhos deverá ser apresentado em papel e suporte digital, de acordo com o formato a definir pelo Município de Vila do Conde.

D. Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:

- *Certificação* por instituto ou serviço incumbido da certificação ou controlo de sistemas de qualidade e ambiente, com competência reconhecida, comprovando a certificação da empresa no âmbito das normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 em prestações de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana em sistemas públicos.

Artigo 11º
Propostas variantes

Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 12º
Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 13º
Exclusão de propostas

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentam os documentos constantes do artigo 10º;

Prémio Imagem Cidade Prémio Cidade Limpa Projecto Piloto Urbano Prémio de Modernização Administrativa Municipal



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, previstos no artigo 10º;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seja superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado nos termos do disposto no artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- h) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- i) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
- j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- k) Que sejam apresentadas propostas variantes;
- l) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos artigos 8º e 9º;
- m) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.

Artigo 14º

Consulta da lista de Candidatos e consulta de propostas

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma VortalGOV a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o “login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave.
 - i. Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos “**respondidos**” e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.
 - ii. Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores “Proposta” e “**Lista de Concorrentes**”, sendo visualizado no separador “Proposta”, a proposta que apresentaram e no separador “Lista de Concorrentes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.
 - iii. De seguida, deverão “clicar” sobre o separador “Lista de Concorrentes” e vão poder visualizar a Lista dos Concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “**clicar**” sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

SECÇÃO III
ADJUDICAÇÃO

Artigo 15º
Critérios de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, tendo em conta os seguintes fatores e sub fatores e respetivas ponderações:

1 - Preço e demais condições financeiras - 55 %

1.1 - Preço - 55%

2 - Métodos operacionais e de gestão - 9%

2.1 - Técnico - 3%

2.1.1 - Habilitações - 1%

2.1.2 - Curriculum - 2%

2.2 - Encarregado - 3%

2.2.1 - Habilitações - 1%

2.2.2 - Curriculum - 2%

2.3 - Apoio administrativo - 3%

2.3.1 - Localização - 3%

Prémio Imagem Cidade Prémio Cidade Limpa Projecto Plano Urbano Prémio de Modernização Administrativa Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

3 - Planificação do Serviço - 30%

- 3.1 - Recolha de RSU's indiferenciados em contentores enterrados e semi-enterrados - 7%
 - 3.1.1 Recursos - 4%
 - 3.1.2 Equipamento de lavagem - 3%
- 3.2 - Recolha de RSU's indiferenciados em contentores de superfície - 10%
- 3.3 - Lavagem de contentores de superfície - 10%
 - 3.3.1 Recursos - 5%
 - 3.3.2 Frequência de Lavagem - 5%
- 3.4 - Viaturas - 3%
 - 3.4.1 - Emissão de partículas e gases - 3%

4 Valorização - 6%

- 4.1 - Inovação - 6%

1- Preço e demais condições financeiras - 55%

1.1. Máxima cotação ao menor preço.

Sendo que a pontuação a atribuir ao fator preço será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$P (\%) = (PB / P_{prop} * 3 - 3) * \% \text{ máx}$$

em que:

P (%) - Percentagem calculada

P_{prop} - Preço proposto

PB - Preço base máximo a pagar, sendo neste caso de 117.500,00€

% máx - máxima ponderação atribuída

P_{min} - Preço mínimo admissível, sendo neste caso de 88.125,00€

2- Métodos operacionais e de gestão - 9%

2.1 Técnico - 3%

2.1.1 Avalia as habilitações complementares em áreas de gestão de equipas, higiene e segurança e qualidade.

$$Ct (\%) = GE + HS + Q$$

Prémio Imagem Cidade Prémio Cidade Limpa Projecto Piloto Urbano Prémio de Modernização Administrativa Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

em que:

Ct (%) - percentagem calculada

GE = 0,5% se tem formação em áreas de gestão de equipas

HS = 0,25% se tem formação em higiene e segurança

Q = 0,25% se tem formação em qualidade

2.1.2. Máxima cotação à maior experiência (nº de anos) do Técnico na área de recolha e transporte de resíduos urbanos.

$$\text{ExpTec (\%)} = (\text{NAT} / \text{NAT}_{\min} - 1) / 2 * \%_{\max}$$

em que:

ExpTec (%) - percentagem calculada

NAT - nº de anos de experiência do Técnico

NAT_{min} - nº mínimo de anos de experiência exigido do Técnico - superior a 4 anos

%_{máx} - máxima ponderação atribuída

Atribui-se a máxima cotação quando o nº de anos de experiência for igual ou superior a 12 anos

2.2. Encarregado - 3%

2.2.1. Avalia as habilitações complementares em áreas de gestão de equipas, higiene e segurança e qualidade.

$$\text{Ce(\%)} = \text{GE} + \text{HS} + \text{Q}$$

em que:

Ce (%) - percentagem calculada

GE = 0,5% se tem formação em áreas de gestão de equipas

HS = 0,25% se tem formação em higiene e segurança

Q = 0,25% se tem formação em qualidade

2.2.2 Máxima cotação à experiência (nº de anos) do Encarregado na área de recolha e transporte de resíduos urbanos.

$$\text{ExpEnc(\%)} = (\text{NAE} / \text{NAE}_{\min} - 1) / 2 * \%_{\max}$$



em que:

ExpEnc(%) - percentagem calculada

NAE - n° de anos de experiência do Encarregado

NAE_{min} - n° mínimo de anos de experiência exigido do Encarregado - superior a 4 anos

%_{máx} - máxima ponderação atribuída

Atribui-se a máxima cotação quando o n° de anos de experiência for igual ou superior a 12 anos

2.3. Apoio Administrativo - 3%

2.3.1. Avalia a distância do apoio administrativo ao local da intervenção

Loc (%) - ver quadro 1

3 - Planificação do Serviço - 30 %

3.1 Recolha de RSU's indiferenciados em contentores enterrados e semi-enterrados - 7%

3.1.1 Máxima cotação ao maior número relevante de recursos afetos à operação - 4%

$$VRECent(\%) = (NM_{prop} / NM_{min} - 1) * \%_{máx}$$

em que:

VRECent(%) - percentagem calculada para a recolha de RSU's em contentores enterrados e semi-enterrados

NM_{prop} - n° de meios propostos

NM_{min} - n° mínimo de meios admitidos - superior a 4 recursos (ver quadro 2)

%_{máx} - máxima ponderação atribuída

Atribui-se a máxima cotação quando o n° de recursos for igual ou superior a 8

3.1.2 EqLav (%) - Atribui ponderação apenas quando se verifica a existência do equipamento de lavagem na viatura de recolha de contentores enterrados e semi-enterrados - 3%



3.2 Recolha de RSU's indiferenciados em contentores de superfície – 10%

Máxima cotação ao maior número relevante de recursos afetos à operação

$$VREC_{sup}(\%) = (NM_{prop} / NM_{mín} - 1) / 0,3333 * \%_{máx}$$

em que:

VREC_{sup}(%) – percentagem calculada para a recolha de RSU's em contentores de superfície

NM_{prop} – n° de meios propostos

NM_{mín} – n° mínimo de meios admitidos – superior a 12 recursos (ver quadro 3)

%_{máx} – máxima ponderação atribuída

Atribui-se a máxima cotação quando o n° de recursos for igual ou superior 16

3.3 Lavagem de contentores de superfície – 10%

3.3.1 Máxima cotação ao maior número relevante de recursos afetos à operação – 5%

$$VLAV_{sup}(\%) = (NM_{prop} / NM_{mín} - 1) * \%_{máx}$$

em que:

VLAV_{sup} (%) – percentagem calculada para a lavagem de contentores de superfície

NM_{prop} – n° de meios propostos

NM_{mín} – n° mínimo de meios admitidos – superior a 4 recursos (ver quadro 4)

%_{máx} – máxima ponderação atribuída

Atribui-se a máxima cotação quando o n° de recursos for igual ou superior 8

3.3.2 Avalia a proposta no que diz respeito à frequência de lavagem dos contentores de superfície – 5%

Lav(%) – ver quadro 5



3.4 Viaturas -3%

3.4.1 Máxima cotação ao menor índice de emissões

Pp(%) – ver quadro 6

4 Valorização – 6%

4.1 *Avalia a proposta no que diz respeito à inovação (relevante) nos sistemas e tarefas que promovam a qualidade no serviço a prestar*

Inov(%) – ver quadro 7

O que dará lugar à seguinte fórmula de valorização:

$$V = P(\%) + Ct(\%) + ExpTec(\%) + Ce(\%) + ExpEnc(\%) + Loc(\%) + VREC_{ent}(\%) + EqLav(\%) + VREC_{sup}(\%) + VLAV_{sup}(\%) + Lav(\%) + Pp(\%) + Inov(\%)$$

A proposta a adjudicar será aquela a que corresponder o maior valor de V.

NOTA: os concorrentes têm de apresentar todos os meios relacionados com a realização das operações indicadas, nomeadamente, os operacionais e logísticos (quantidades e afetações)



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Quadro 1

Loc (%) – Distância do apoio administrativo ao local de intervenção	
O apoio administrativo localiza-se a menos de 7 km do edifício dos Paços do Concelho do Município de Vila do Conde	3,0 %
O apoio administrativo localiza-se a uma distância de 7 km a 20 Km do edifício dos Paços do Concelho do Município de Vila do Conde	2,0 %
O apoio administrativo localiza-se a uma distância de 21 km a 30 Km do edifício dos Paços do Concelho do Município de Vila do Conde	1,0%
O apoio administrativo localiza-se a uma distância superior a 30 Km do edifício dos Paços do Concelho do Município de Vila do Conde	0,0%

Quadro 2

VRECent (%) – Percentagem calculada para os recursos da recolha de RSU's indiferenciados em contentores enterrados e semi-enterrados		
Meios Materiais	Quantidade	Afetação
Viatura pesada com grua, sistema ampliroll e chassi de 32 toneladas	1	100%
Auto compactador, com capacidade de 20 m ³	1	100%
Meios Humanos		
Motorista	1	100%
Cantoneiro	1	100%

Quadro 3

VREC _{sup} (%) – Percentagem calculada para os recursos da recolha de RSU's indiferenciados em contentores de superfície		
Meios Materiais	Quantidade	Afetação
Viatura pesada com "chassis" de 19 toneladas e caixa de compactação de 15 m ³	3	100%
Meios Humanos		
Motorista	3	100%
Cantoneiro	6	100%



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Quadro 4

VLAV_{sup} (%) – Percentagem calculada para os recursos da lavagem de contentores de superfície

<i>Meios Materiais</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Afectação</i>
<i>Viatura pesada lava-contentores, com capacidade de armazenagem de 10.000L de água</i>	1	100%
<i>Meios Humanos</i>		
<i>Motorista</i>	1	100%
<i>Cantoneiro</i>	2	100%

Quadro 5

Lav (%) – Frequência de lavagem dos equipamentos de superfície/trimestre

<i>Número de lavagens igual a 3/trimestre</i>	5%
<i>Número de lavagens igual a 2/trimestre</i>	2,5%
<i>Número de lavagens igual a 1/trimestre</i>	0%

Quadro 6

Pp (%) – Nivel de emissão de partículas das viaturas

<i>Nível de emissão de partículas EURO 6</i>	3,0 %
<i>Nível de emissão de partículas EURO 5</i>	1,5%

Quadro 7

Inov (%) – Avalia a proposta no que diz respeito à inovação (relevante) nos sistemas e tarefas que promovam a qualidade no serviço a prestar

<i>Grau de inovação proposto muito bom e com melhorias significativas nos sistemas e tarefas a realizar</i>	4,5% a 6,0%
<i>Grau de inovação proposto bom e com melhorias importantes nos sistemas e tarefas a realizar</i>	3,0 a 4,4%
<i>Grau de inovação proposto razoável e com melhorias ligeiras nos sistemas e tarefas a realizar</i>	1,5% a 2,9%
<i>Grau de inovação proposto pouco significativo e com poucas melhorias significativas nos sistemas e tarefas a realizar</i>	0% a 1,4%



Artigo 16º
Análise de propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.
2. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação será elaborado, pelo Júri, fundamentalmente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas.
3. No relatório preliminar, o Júri propõe também, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17º
Audiência prévia

O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18º
Dever de adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto no nº 1 do artigo 20º, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76º do Código dos Contratos Públicos.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

Artigo 19º
Notificação da decisão de adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

2. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 21º;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 20º **Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do nº 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

SECÇÃO IV **Habilitação**



Artigo 21º
Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública VortalGOV, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do referido Código.
2. Tratando-se de um procedimento de formação de um contrato de aquisição de serviços, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no nº 1, deve também apresentar o respetivo certificado de inscrição em lista oficial de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário de Acordo com o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
3. O adjudicatário, nacional do Estado signatário do Acordo sobre o espaço Económico Europeu que não seja titular do certificado referido no nº 2, deve apresentar em substituição desse documento certificado de inscrição nos registos a que se refere o anexo IX-C da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março (Registo Nacional de Pessoas Coletivas), com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
4. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. Quando pela sua natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. Quando os documentos a que se referem a alínea b) do nº 1 se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde os mesmos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que estejam redigidos em língua portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

7. O órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Artigo 22º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

O prazo para apresentar os documentos de habilitação constantes do artigo anterior é de 5 dias úteis, a contar da data da notificação da adjudicação.

Artigo 23º

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes na plataforma eletrónica VortalGOV.

Artigo 24º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no programa de concurso;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou, no caso previsto no nº 3 do artigo 21º deste Programa de Concurso, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.



Artigo 25º
Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no nº 3 do artigo anterior.

SECÇÃO V
Contrato

Artigo 26º
Redução do contrato a escrito e aprovação da minuta

1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel.
2. A respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 27º
Ajustamentos ao conteúdo do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.



Artigo 28º
Notificação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.
2. Não havendo lugar à prestação de caução, a minuta do contrato a celebrar deve ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 19º.

3.

Artigo 29º
Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 30º
Reclamações da minuta do contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 31º
Despesas e encargos do concorrente

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Premio Imagem 2007 - Vila do Conde - Piloto Urbano - Prémio de Modernização Administrativa Municipal



SECÇÃO VI
Disponibilização do Procedimento na Plataforma Eletrónica

Artigo 32º
Disponibilização e acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGOV acessível através do sítio eletrónico **govpt.vortal.biz**, disponibilizada pela empresa VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, SA.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças do procedimento. O *Interessado* deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.
3. Para ter acesso à plataforma da Vortal, deverá efetuar os seguintes passos:
 - a) No endereço eletrónico <http://www.vortalgov.pt>, seleccione **“Produtos”** e posteriormente aceda a **“UNIVERSAL”**;
 - b) Clique em **“Aderir”**;
 - c) Preencha os dados do seu utilizador e clique em **“Quero Aderir”**;
 - d) No endereço de *e-mail* indicado no registo irá receber um *e-mail* para ativar o seu utilizador;
 - e) Clique no **link** disponível no *e-mail* e aceda com o seu *login* na plataforma;
 - f) Seleccione a opção **“Criar Empresa”** e clique em **“Seguinte”**;
 - g) Seleccione o país e preencha o NIF da sua empresa, clique em **“Validar”**;
 - h) Clique em **“Criar Entidade”**;
 - i) Preencha os dados da sua empresa;
 - j) No campo **“Qual a ação que pretende efetuar na plataforma?”** seleccione a opção **“Vender”**;
 - k) Assinale a opção **“Li e aceito as Condições Gerais de Adesão”**;
 - l) Clique em **“Criar Empresa”**;
 - m) Clique em **“Sair”**;
 - n) Faça **login** novamente, a empresa já se encontra ativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

4. Mais informações em <http://www.vortalgov.pt> - **"Produtos"** e **"Concorrentes/Fornecedores"** ou através do número 707202712.
5. Não é necessário o *Interessado* efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma eletrónica da Vortal como por exemplo <http://www.econstroi.com>.
6. Sem prejuízo do disposto no nº1, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, estão disponíveis na Secretaria Administrativa do Município de Vila do Conde, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 16.00) desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

SECÇÃO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33º
Revogação da decisão de contratar

1. A decisão de não adjudicação prevista no artigo 20º determina a revogação da decisão de contratar.
2. Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 20º ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

Artigo 34º
Comunicações, notificações e contagem de prazos

1. As comunicações e notificações, referidas no presente Programa de Concurso, consideram-se feitas nos termos do estabelecido no artigo 469º do Código dos Contratos Públicos.
2. A contagem dos prazos referidos no presente programa de concurso será feita de acordo com o estabelecido no artigo 470º do Código dos Contratos Públicos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I L A D O C O N D E

Artigo 35º
Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro;
- b) Código do Procedimento Administrativo;
- c) Demais legislação aplicável.

Vila do Conde, 8 de abril de 2015

A Presidente da Câmara Municipal,


Elisa Ferraz, Dr.^a



ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

F (nome, número de Bilhete de Identidade, número de contribuinte, morada, ou tratando-se de pessoa coletiva a firma ou denominação e sede e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado conhecimento do Concurso Público para, a que se refere o Aviso publicado no Diário da República nº ____ de ____ de ____ de 2015, e de todas as condições estabelecidas no Programa de Concurso, Caderno de Encargos e demais documentação, obriga-se a prestar os serviços contratados, de acordo com as condições estabelecidas naqueles documentos, pelo PREÇO GLOBAL de _____ € (por algarismos e por extenso), que não inclui o IVA.

À quantia supra, acrescerá o IVA à taxa de %, no valor de _____ € .

Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à prestação do serviço proposto, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data .

Assinatura